



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS

**ANÁLISE DO ENSINO E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO AO FURTO EM ÁREAS
URBANAS NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2025

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS

**ANÁLISE DO ENSINO E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO AO FURTO EM ÁREAS
URBANAS NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da Prof^a. Dra. Lais Nogueira Magno.

GOIÂNIA-GO

2025

ANÁLISE DO ENSINO E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO AO FURTO EM ÁREAS URBANAS NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

ANALYSIS OF TEACHING AND STRATEGIES FOR PREVENTING THEFT IN URBAN AREAS AT THE MILITARY POLICE ACADEMY OF THE STATE OF GOIÁS

Fernando Gonçalves dos Santos¹

Lais Nogueira Magno²

Resumo

O combate ao furto em áreas urbanas representa atribuição institucional da Polícia Militar de Goiás, com base no artigo 144, § 5º, da Constituição Federal e no Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023). A formação no Comando da Academia de Polícia Militar prepara alunos do Curso de Formação de Praças para aplicação de estratégias preventivas, embora a ausência de análises sobre percepções dos formandos restrinja a avaliação da eficácia do treinamento. O estudo avalia a percepção dos alunos sobre estratégias de prevenção ao furto em contextos urbanos. Emprega abordagem mista, com revisão bibliográfica em bases como SciELO e Google Scholar, análise documental de normativos institucionais e questionários estruturados aplicados a 15 alunos selecionados por amostragem intencional. Os resultados indicam predominância de conteúdos sobre patrulhamento ostensivo (73,33%), avaliação positiva dos métodos pedagógicos (73,33%), mas lacunas em práticas simuladas (60,00%) e confiança moderada na aplicação (73,33%). A pesquisa demonstra a adequação parcial do ensino às demandas operacionais, com necessidade de revisões curriculares para alinhamento ao Sistema Único de Segurança Pública (Lei nº 13.675/2018).

Palavras-chave: Prevenção ao furto; Áreas urbanas; Formação policial; Polícia Militar de Goiás; Estratégias preventivas.

Abstract

The fight against theft in urban areas constitutes an institutional duty of the Goiás Military Police, based on article 144, § 5, of the Federal Constitution and the Standard Operating Procedure (PMGO, 2023). Training at the Military Police Academy Command prepares students from the Police Training Course to apply preventive strategies, although the lack of analyses on trainees' perceptions restricts the evaluation of training effectiveness. The study assesses students' perception of theft prevention strategies in urban contexts. It employs a mixed approach, with bibliographic review in databases such as SciELO and Google Scholar, documentary analysis of institutional norms, and structured questionnaires applied to 15 students selected by intentional sampling. The results indicate predominance of content on ostensive patrolling (73.33%), positive evaluation of pedagogical methods (73.33%), but gaps in simulated practices (60.00%) and moderate confidence in application (73.33%). The research demonstrates partial adequacy of teaching to operational demands, with need for curricular revisions to align with the Unified Public Security System (Law No. 13,675/2018).

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: fgoncalves250@gmail.com Telefone: 64 9 99970415.

² Orientadora. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduada em Licenciatura Plena em Física, Especialista em Gerenciamento em Segurança Pública, Mestre e Doutora em Física. Atual Coordenadora da Divisão de Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento da Superintendência de Identificação Humana da Polícia Civil do Estado de Goiás. E-mail: laismagno.ii@gmail.com Telefone: (62) 982157734.

Keywords: Theft prevention; Urban areas; Police training; Goiás Military Police; Preventive strategies.

1 INTRODUÇÃO

O combate ao furto, delito previsto no artigo 155 do Código Penal, constitui uma atribuição central da Polícia Militar de Goiás (PMGO), conforme disposto no artigo 144, § 5º, da Constituição Federal. Em áreas urbanas, caracterizadas por elevada densidade demográfica e dinâmicas socioeconômicas complexas, a prevenção desse crime exige estratégias policiais estruturadas, regulamentadas pelo Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023). Rieger e Tasca (2015) destacam que intervenções preventivas baseadas em planejamento técnico e cooperação comunitária reduzem a incidência de crimes patrimoniais em contextos urbanos.

No âmbito da formação policial, o Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM) prepara os alunos do Curso de Formação de Praças (CFP) para aplicar essas estratégias, mas a ausência de estudos específicos sobre a percepção dos formandos limita a compreensão da eficácia do treinamento. Este estudo analisa como o ensino no CAPM aborda a prevenção ao furto em áreas urbanas e a percepção dos alunos sobre essas estratégias.

O problema de pesquisa que orienta a investigação é: de que maneira o ensino no CAPM aborda as estratégias de prevenção ao furto em áreas urbanas, e qual é a percepção dos alunos do CFP acerca da eficácia dessas estratégias? A relevância da pesquisa fundamenta-se na necessidade de verificar, sob o enfoque técnico-jurídico, a adequação do ensino no CAPM às demandas de prevenção ao furto em áreas urbanas, em conformidade com a Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública.

A percepção dos alunos sobre as estratégias aprendidas reflete o potencial de aplicação prática do treinamento, influenciando a eficácia das ações preventivas da PMGO. O trabalho pretende fornecer dados para a análise do processo formativo, contribuindo para a revisão curricular do CAPM. A pesquisa beneficia a PMGO, ao propor melhorias na formação, e a sociedade goiana, ao promover a redução de crimes patrimoniais, além de enriquecer o debate acadêmico sobre prevenção criminal (Mathias, 2010).

O objetivo geral da pesquisa é avaliar a percepção dos alunos em formação do CAPM sobre as estratégias de prevenção ao furto em áreas urbanas. Os objetivos específicos são: analisar os conteúdos e métodos de ensino relacionados à prevenção ao furto em áreas urbanas, conforme normativos do CAPM e literatura especializada; identificar eventuais lacunas percebidas pelos alunos no treinamento para a prevenção ao furto em contextos urbanos.

A metodologia combina uma abordagem mista, com pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. A revisão bibliográfica examinará textos acadêmicos sobre prevenção ao furto, enquanto a análise documental abrangerá o Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023) e documentos pedagógicos do CAPM. Questionários estruturados, aplicados via Google Forms e distribuídos por WhatsApp a alunos do CFP selecionados por amostragem intencional, conterão 10 perguntas fechadas de múltipla escolha para captar percepções e lacunas. A análise utilizará estatística descritiva no Excel para respostas fechadas e categorização temática para respostas abertas.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 CONTEÚDOS E MÉTODOS DE ENSINO PARA A PREVENÇÃO AO FURTO EM ÁREAS URBANAS

Estratégias de prevenção ao furto em áreas urbanas exigem planejamento técnico e abordagens estruturadas, considerando a complexidade das dinâmicas socioeconômicas e a elevada densidade demográfica desses espaços. Rieger e Tasca (2015) observam que intervenções baseadas em análise criminal e cooperação comunitária são eficazes na redução de crimes patrimoniais, como o furto, em contextos urbanos. Essas estratégias incluem patrulhamento direcionado, mapeamento de áreas de risco e interação com a comunidade para identificar vulnerabilidades, promovendo uma abordagem proativa que antecipa ações delituosas.

Normativos institucionais, como o Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023), estabelecem diretrizes para a prevenção ao furto, incluindo a utilização de dados criminais para orientar o planejamento operacional. Essas diretrizes recomendam o patrulhamento ostensivo em áreas de alta incidência, a implementação de barreiras policiais e a articulação com lideranças comunitárias, garantindo que as ações policiais sejam alinhadas às necessidades locais e às normas do Sistema Único de Segurança Pública (Lei nº 13.675/2018).

Como os métodos pedagógicos podem fortalecer a formação policial? Beato, Silva e Tavares (2008) apontam que o ensino para a prevenção ao furto deve integrar aulas teóricas, simulações práticas e estudos de caso que reflitam a realidade urbana. Aulas teóricas abordam conceitos como análise criminal e planejamento estratégico, enquanto simulações práticas permitem aos policiais praticar abordagens em cenários realistas, como mercados ou terminais de transporte.

A cooperação comunitária constitui um pilar central das estratégias de prevenção ao furto. Mathias (2010) destaca que a interação com a comunidade, por meio de programas como conselhos de segurança, fortalece a confiança pública e permite a identificação de áreas vulneráveis. Policiais formados em estratégias comunitárias conseguem articular ações preventivas, como campanhas educativas, que reduzem as oportunidades de furto em espaços urbanos.

Quais são os benefícios do uso de dados criminais na formação policial? Santos (2021) observa que a análise de dados criminais, como mapas de calor e estatísticas de incidência, permite direcionar o patrulhamento para áreas de maior risco. O ensino dessas técnicas capacita os policiais a interpretar padrões delituosos, otimizando a alocação de recursos e aumentando a eficácia das ações preventivas.

Ferramentas de geoinformação têm se mostrado eficazes na prevenção ao furto em áreas urbanas. Chagas, Da Silva e Da Silva (2013) apontam que sistemas de georreferenciamento permitem mapear pontos críticos de criminalidade, orientando o planejamento operacional. A formação policial deve incluir o uso dessas ferramentas, capacitando os agentes a identificar áreas de risco e planejar intervenções estratégicas.

O desenho urbano influencia diretamente a prevenção ao furto. Neto e Vieira (2014) observam que a organização dos espaços urbanos, como a iluminação pública e a disposição de vias, pode reduzir as oportunidades de crimes patrimoniais. A formação policial deve abordar conceitos de prevenção criminal através do desenho urbano, promovendo estratégias que combinem patrulhamento com melhorias ambientais.

A integração de estratégias preventivas com políticas públicas municipais fortalece o combate ao furto. Xavier e Blum (2023) destacam que parcerias com prefeituras e lideranças comunitárias permitem implementar medidas como vigilância comunitária e programas de conscientização, reduzindo a incidência de furtos. A formação policial deve incluir conteúdos que promovam a articulação com essas políticas, garantindo uma abordagem integrada.

Quais são os desafios do ensino preventivo? Rolim e Pereira (2022) apontam que a formação policial frequentemente carece de ênfase em práticas limitando a capacidade dos policiais de aplicar estratégias em contextos reais. O ensino deve integrar simulações que reproduzam cenários urbanos, como furtos em comércios, para fortalecer a preparação dos agentes.

A análise neutra revela que o ensino para a prevenção ao furto em áreas urbanas deve combinar análise criminal, cooperação comunitária e uso de tecnologias, como geoinformação, para ser eficaz. A formação policial deve integrar teoria e prática, promovendo estratégias que

reduzam as oportunidades de crimes patrimoniais (Beato; Silva; Tavares, 2008; Rieger; Tasca, 2015).

2.2 PERCEPÇÕES E LACUNAS NA FORMAÇÃO POLICIAL PARA A PREVENÇÃO AO FURTO

A percepção dos policiais sobre as estratégias de prevenção ao furto reflete a qualidade da formação recebida. Carvalho e Dourado (2023) observam que policiais frequentemente percebem as estratégias preventivas como eficazes, mas relatam dificuldades em aplicá-las devido à desconexão entre o treinamento teórico e as demandas práticas de áreas urbanas. Essas percepções influenciam a confiança dos policiais na implementação de ações preventivas.

Quais são as principais lacunas no treinamento policial? Junior e Silva (2024) apontam que a formação frequentemente carece de simulações práticas que reproduzam cenários urbanos, como furtos em terminais de transporte ou comércios. A ausência de exercícios práticos limita a capacidade dos policiais de aplicar estratégias preventivas, gerando lacunas no conhecimento e na confiança operacional.

Barreiras institucionais e operacionais dificultam a formação policial para a prevenção ao furto. Rolim e Pereira (2022) observam que a cultura organizacional das polícias militares, marcada por práticas repressivas, pode inibir a adoção de estratégias preventivas. A formação deve promover uma mudança cultural, incentivando abordagens proativas que priorizem a prevenção em vez da repressão.

O uso de geoinformação na formação policial é limitado, apesar de sua relevância para a prevenção ao furto. Chagas, Da Silva e Da Silva (2013) destacam que a capacitação no uso de ferramentas de georreferenciamento é insuficiente, comprometendo a capacidade dos policiais de identificar áreas de risco e planejar intervenções estratégicas. A formação deve incluir módulos práticos sobre essas tecnologias.

Como a formação pode promover a confiança comunitária? Santos (2021) aponta que a interação com a comunidade, por meio de programas de conscientização e conselhos de segurança, fortalece a percepção de eficácia das ações policiais. A formação policial deve abordar a importância da cooperação comunitária, capacitando os agentes a articular estratégias preventivas com lideranças locais.

Lacunas no treinamento podem comprometer a aplicação de estratégias preventivas. Silva e Medeiros (2022) observam que a ausência de conteúdos que abordem a realidade urbana, como a dinâmica de furtos em mercados ou ruas comerciais, limita a preparação dos policiais. A

formação deve incluir estudos de caso que reflitam esses cenários, promovendo a aplicabilidade prática.

Quais são os impactos da formação teórica predominante? Xavier e Blum (2023) apontam que a ênfase em conteúdos teóricos, como a leitura de normativos, pode limitar a confiança dos policiais em situações reais. A formação deve integrar simulações práticas que reproduzam cenários urbanos, como furtos em áreas de grande circulação, para fortalecer a preparação operacional.

A integração com políticas públicas municipais é limitada na formação policial. Mathias (2010) destaca que parcerias com prefeituras e comunidades podem reduzir a incidência de furtos, mas a formação raramente aborda essas articulações. A inclusão de conteúdos sobre políticas públicas fortalece a capacidade dos policiais de implementar estratégias preventivas integradas.

O planejamento operacional baseado em dados criminais é essencial para a prevenção ao furto. Beato, Silva e Tavares (2008) observam que a análise de dados permite direcionar o patrulhamento para áreas de alta incidência, mas a formação policial frequentemente carece de módulos que ensinem a interpretar esses dados. A capacitação deve incluir treinamento em análise criminal para otimizar as ações preventivas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem mista, que combina análise qualitativa e quantitativa, para avaliar a percepção dos alunos do CAPM sobre as estratégias de prevenção ao furto em áreas urbanas. A integração de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo permite investigação abrangente, que captura conteúdos, métodos, percepções e lacunas. Essa abordagem promove a triangulação de dados, o que reforça a validade dos resultados.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em bases acadêmicas, como SciELO e Google Scholar, com exame de textos sobre prevenção ao furto e formação policial. Foram analisados estudos que tratam de estratégias preventivas, análise criminal e cooperação comunitária. A análise documental abrangeu o Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023) e documentos pedagógicos do CAPM, como ementas de disciplinas, com mapeamento de conteúdos e métodos de ensino.

Questionários estruturados, aplicados online via Google Forms e distribuídos por WhatsApp, foram respondidos por 15 alunos do CFP, selecionados por amostragem intencional, que prioriza participantes com exposição direta ao treinamento para captar percepções relevantes

à formação em curso. Os questionários continham 10 perguntas fechadas de múltipla escolha, que captaram percepções sobre a eficácia das estratégias e lacunas no treinamento. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, com emprego do software Excel para cálculo de frequências e médias das respostas fechadas, com identificação de tendências nas percepções.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção expõe os achados derivados da aplicação de questionários estruturados a 15 alunos do Curso de Formação de Praças da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, selecionados mediante amostragem intencional. A análise quantitativa procedeu por estatística descritiva no software Excel, com cálculo de frequências absolutas e relativas para cada questão.

Os dados foram agrupados em temas para interpretação: perfil dos participantes, conteúdos e métodos de ensino, percepções sobre eficácia e aplicabilidade das estratégias, e lacunas percebidas com confiança na aplicação. A discussão relaciona os resultados à literatura especializada e a normativos institucionais, com implicações para a formação policial na prevenção ao furto em áreas urbanas, conforme o Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023) e contribuições de Rieger e Tasca (2015).

Os respondentes concentram-se no estágio intermediário do Curso de Formação de Praças (86,67%), com exposição recente ao treinamento sobre prevenção ao furto (93,33% inferior a seis meses). Tal composição reflete formandos em etapa de consolidação de competências, o que torna as percepções indicativas da adequação curricular inicial.

Tabela 1: Distribuição do estágio no curso e exposição ao treinamento

Questão	Opção	Frequência	Porcentagem (%)
Estágio no Curso de Formação de Praças	Inicial (0-3 meses)	2	13,33
	Intermediário (4-6 meses)	13	86,67
	Final (7-12 meses)	0	0,00
	Concluído	0	0,00
Exposição ao treinamento	Menos de 6 meses	14	93,33
	6 a 12 meses	1	6,67

12 a 18 meses	0	0,00
Mais de 18 meses	0	0,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 1 demonstra a predominância de alunos no estágio intermediário e com exposição recente, o que sugere que as avaliações capturam percepções em fase formativa sensível, alinhadas a Beato, Silva e Tavares (2008), que defendem intervenções iniciais na capacitação para otimizar policiamento em espaços urbanos. Com ênfase no intermediário, o que corrobora Rolim e Pereira (2022), ao indicar que treinamentos precoces enfrentam barreiras institucionais, demandando ajustes para alinhamento com demandas operacionais da Polícia Militar.

Os dados da Tabela 1, que indicam a concentração de respondentes no estágio intermediário do Curso de Formação de Praças e com exposição recente ao treinamento, permitem uma articulação com as diretrizes estabelecidas no Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023), especificamente no módulo de patrulhamento ostensivo delineado no POP, que enfatiza a necessidade de capacitação inicial para otimizar a alocação de recursos em áreas urbanas de alta incidência criminal.

Essa correlação reforça as observações de Beato, Silva e Tavares (2008), que argumentam pela integração de treinamentos precoces em análise criminal para mitigar vulnerabilidades em espaços densamente povoados, sugerindo que a fase formativa identificada nos resultados favorece a assimilação de protocolos operacionais padronizados, como o posicionamento tático em pontos de estacionamento, os quais contribuem para a redução de furtos mediante visibilidade policial constante.

O patrulhamento ostensivo emerge como conteúdo principal (73,33%), seguido pela cooperação comunitária (26,67%). Os métodos pedagógicos recebem avaliação de adequados ou muito adequados por 73,33% dos participantes, embora a frequência de treinos práticos revele-se reduzida, com 46,67% classificados como raros.

Tabela 2: Percepções sobre conteúdos e métodos

Questão	Opção	Frequência	Porcentagem (%)
Principal conteúdo	Patrulhamento ostensivo	11	73,33
	Cooperação comunitária	4	26,67
	Análise de dados criminais	0	0,00

	Desenho urbano	0	0,00
Adequação dos métodos	Muito adequados	6	40,00
	Adequados	5	33,33
	Pouco adequados	4	26,67
	Inadequados	0	0,00
Frequência de treinos práticos	Raramente	7	46,67
	Semanal	3	20,00
	Quinzenal	3	20,00
	Mensal	2	13,33

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 2 revela o foco em patrulhamento ostensivo e a avaliação positiva dos métodos, mas expõe a escassez de práticas, o que se relaciona a Rieger e Tasca (2015), que preconizam intervenções comunitárias para mitigação de furtos urbanos. Em consonância com Chagas, Da Silva e Da Silva (2013), que recomendam simulações com geoinformação para reforço pedagógico, e Mathias (2010), que critica a separação entre teoria e aplicação em capacitações policiais.

A análise da Tabela 2, que revela o patrulhamento ostensivo como conteúdo principal e a avaliação positiva dos métodos pedagógicos, apesar da frequência reduzida de treinos práticos, pode ser enriquecida pela referência ao Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023), que detalha abordagens a pessoas em atitude suspeita, integrando técnicas de busca pessoal e identificação veicular como elementos centrais para a prevenção de furtos em ambientes urbanos.

Essa ênfase no patrulhamento ostensivo alinha-se às recomendações de Chagas, Da Silva e Da Silva (2013), que propõem o emprego de ferramentas de geoinformação para mapear áreas de risco, sugerindo que a escassez de práticas simuladas identificada nos dados compromete a aplicação efetiva de protocolos como o bloqueio em via pública, os quais demandam repetição para aprimorar a coordenação entre guarnições.

Ademais, a percepção de adequação nos métodos pedagógicos, com 73,33% de respostas positivas, dialoga com as contribuições de Mathias (2010), que defende a articulação comunitária como complemento ao patrulhamento, indicando que o CAPM poderia incorporar simulações baseadas no POP, referentes ao policiamento comunitário, para superar a raridade de

treinos e fomentar interações que identifiquem vulnerabilidades locais, conforme evidenciado pela ausência de ênfase em análise de dados criminais nos conteúdos principais reportados.

Tabela 3: Comparação entre conteúdos principais percebidos e protocolos do POP

Conteúdo Principal Percebido	Frequência (%)	Protocolo Relacionado no POP	Descrição Breve do Protocolo	Relevância para Prevenção ao Furto
Patrulhamento ostensivo	73,33	POP 202	Composição da guarnição e patrulhamento	Otimiza visibilidade em áreas de alta incidência
Cooperação comunitária	26,67	POP 210	Monitoramento e visitas comunitárias	Identifica vulnerabilidades locais
Análise de dados criminais	0,00	POP 110	Gerenciamento de risco	Direciona ações baseadas em padrões delituosos
Desenho urbano	0,00	POP 209	Bloqueio em via pública	Reduz oportunidades em espaços organizados

Fonte: Elaborado pelo Autor com base em PMGO (2023) e dados da pesquisa (2025).

As estratégias recebem classificação de eficazes ou muito eficazes por 80,00% dos respondentes em contextos urbanos, com 80,00% considerando-as aplicáveis total ou parcialmente. Contudo, 20,00% manifestam incerteza quanto à aplicabilidade.

Tabela 4: Percepções de eficácia e aplicabilidade

Questão	Opção	Frequência	Porcentagem (%)
Eficácia em contextos urbanos	Muito eficazes	4	26,67
	Eficazes	8	53,33
	Pouco eficazes	3	20,00
	Ineficazes	0	0,00
Aplicabilidade em situações reais	Sim, totalmente	4	26,67
	Sim, parcialmente	8	53,33

Não sei	3	20,00
Não, pouco	0	0,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 4 evidencia a percepção positiva de eficácia, alinhada à Lei nº 13.675/2018 e a Santos (2021), que demonstram redução de furtos por meio de abordagens baseadas em dados. Representa a distribuição de eficácia, com predominância positiva, o que se conecta a Carvalho e Dourado (2023), que observam desafios na transição para prática urbana, e Neto e Vieira (2014), que integram desenho urbano ao patrulhamento para prevenção.

Os resultados da Tabela 4, com 80% dos respondentes classificando as estratégias como eficazes ou muito eficazes em contextos urbanos e aplicáveis total ou parcialmente, encontram respaldo no framework normativo do Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023) que regula abordagens a pessoas em atitude suspeita e o uso seletivo da força em situações de não cooperação. Nesse contexto, o emprego de dispositivos como o espargidor e o bastão policial se aplica diretamente à prevenção de furto ao permitir o controle proporcional de resistências durante intervenções em cenários urbanos, como abordagens a suspeitos em veículos ou locais de alta circulação, o que otimiza ações preventivas sem escalada desnecessária.

Essa percepção positiva ressoa com as análises de Santos (2021), que demonstram a redução de incidências criminais por meio de planejamento baseado em dados, sugerindo que a incerteza manifestada por 20% dos participantes poderia ser mitigada pela inclusão de cenários práticos inspirados no POP, que aborda veículos ocupados por indivíduos em atitude suspeita, promovendo a adaptabilidade das estratégias a dinâmicas urbanas reais.

As observações de Carvalho e Dourado (2023) sobre desafios na transição para a prática reforçam a necessidade de alinhar o treinamento com o POP, relativo ao policiamento em eventos, onde a aplicabilidade parcial das estratégias poderia ser testada em contextos de grande circulação, como mercados ou terminais, ampliando a confiança na execução de protocolos que integrem cooperação comunitária, conforme prescrito no POP.

A falta de prática simulada constitui a lacuna principal (60,00%), seguida por conhecimento teórico insuficiente (26,67%). A confiança atinge 73,33% (confiante ou muito confiante), enquanto 86,67% apontam necessidade de ajustes.

Tabela 5: Lacunas, confiança e necessidade de ajustes

Questão	Opção	Frequência	Porcentagem (%)
Principal lacuna	Falta de prática simulada	9	60,00
	Conhecimento teórico insuficiente	4	26,67
	Falta de instrutores especializados	2	13,33
	Desconexão com a realidade urbana	0	0,00
Confiança na aplicação	Muito confiante	3	20,00
	Confiante	8	53,33
	Pouco confiante	2	13,33
	Não confiante	2	13,33
Necessidade de ajustes	Sim, muita necessidade	3	20,00
	Sim, alguma necessidade	10	66,67
	Não sei	2	13,33
	Não, suficiente como está	0	0,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 5 identifica a simulação prática como lacuna predominante, em acordo com Junior e Silva (2024) e Silva e Medeiros (2022), que analisam deficiências em treinamentos para furtos urbanos. Enfatiza as lacunas, relacionando-se a Xavier e Blum (2023), que propõem integração com políticas públicas para elevação da confiança, e Rolim e Pereira (2022), que defendem transformações culturais para ênfase preventiva. Os achados propõem revisões no currículo da Academia de Polícia Militar, com inclusão de módulos práticos, para conformidade com o Sistema Único de Segurança Pública.

A falta de prática simulada foi identificada como lacuna principal (60%) e níveis de confiança moderados (73,33% confiante ou muito confiante), pode ser contextualizada pelo exame do Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023), dedicado ao policiamento escolar, exemplifica a aplicação de operações como varredura em ambientes controlados, as quais poderiam servir de modelo para simulações urbanas mais amplas, mitigando a desconexão percebida entre teoria e operação.

Essa lacuna prática ecoa as críticas de Junior e Silva (2024) à insuficiência de exercícios que reproduzam furtos em comércios, propondo que o CAPM adote protocolos do POP, relativos a infrações de menor potencial ofensivo, para incorporar treinamentos que abordem danos patrimoniais iniciais como precursores de furtos, fortalecendo a preparação operacional. As recomendações de Silva e Medeiros (2022) para estudos de caso baseados em realidades urbanas alinham-se à necessidade de ajustes indicada por 86,67% dos respondentes, sugerindo a integração de módulos inspirados no POP 307, sobre busca e apreensão domiciliar, que demandam coordenação precisa e poderiam elevar a confiança por meio de repetições táticas.

As contribuições de Xavier e Blum (2023) sobre parcerias com políticas públicas municipais reforçam que a inclusão de conteúdos do POP, como visitas comunitárias, poderia preencher lacunas teóricas, promovendo uma formação que priorize a prevenção integrada e responda às barreiras culturais apontadas por Rolim e Pereira (2022), com ênfase em abordagens proativas que otimizem o uso de dados criminais, conforme delineado no POP para gerenciamento de risco.

Tabela 6: Cruzamento entre lacunas percebidas e referências normativas do POP (PMGO, 2023)

Lacuna Principal	Porcentagem (%)	Aplicação Sugerida	Impacto Esperado na Formação
Falta de prática simulada	60,00	Operações de varredura em cenários controlados	Aumento da confiança operacional em contextos reais
Conhecimento teórico insuficiente	26,67	Gerenciamento de risco com análise de dados	Melhoria na interpretação de padrões delituosos
Falta de instrutores especializados	13,33	Visitas comunitárias e monitoramento	Reforço na articulação com comunidades urbanas
Desconexão com a realidade urbana	0,00	Busca e apreensão domiciliar	Adaptação a dinâmicas de furtos em edificações

Fonte: Elaborado pelo Autor com base em PMGO (2023) e dados da pesquisa (2025).

Os resultados denotam formação policial com eficácia moderada, porém limitada por deficiências práticas na aplicação em áreas urbanas. A articulação com Beato, Silva e Tavares

(2008) e Rieger e Tasca (2015) reforça a adoção de abordagens híbridas, com vistas à otimização na Polícia Militar do Estado de Goiás e à diminuição de delitos patrimoniais.

A integração dos resultados com o Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023) evidencia que protocolos centrados no patrulhamento e sobre abordagens a pessoas, fornecem bases técnicas para aprimorar o ensino no CAPM, particularmente ao incorporar simulações que abordem a raridade de treinos práticos identificada nas respostas. Essa análise complementa as perspectivas de Neto e Vieira (2014), que vinculam o desenho urbano à prevenção, propondo que lacunas em conteúdos como análise de dados criminais sejam supridas por treinamentos alinhados ao POP, de bloqueio em vias públicas, os quais facilitam a identificação de padrões delituosos em áreas de alta densidade.

Da mesma forma, as percepções de eficácia moderada dialogam com as diretrizes do POP, que regulam o uso de força seletiva, sugerindo que a incerteza reportada por parte dos alunos poderia ser reduzida mediante exercícios que simulem cenários de não cooperação, conforme defendido por Rieger e Tasca (2015) em intervenções comunitárias. A predominância de lacunas práticas, por sua vez, ressoa com as análises de Mathias (2010), que enfatizam a articulação com conselhos de segurança, indicando que o currículo do CAPM beneficie-se da inclusão de protocolos do POP para fomentar interações que identifiquem vulnerabilidades urbanas, elevando assim a aplicabilidade das estratégias preventivas.

A avaliação da percepção dos alunos do CAPM sobre as estratégias de prevenção ao furto em áreas urbanas, conforme o objetivo geral, revela que o ensino aborda conteúdos como patrulhamento ostensivo de modo predominante, mas com limitações em práticas simuladas que comprometem a eficácia percebida, respondendo à problemática de adequação curricular às demandas operacionais da PMGO.

Os objetivos específicos, ao analisarem conteúdos e métodos conforme normativos como o Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023) e literatura especializada, identificam lacunas em simulações que reproduzam cenários reais, enquanto a percepção dos formandos sobre aplicabilidade indica confiança moderada, com necessidade de ajustes para alinhar o treinamento à Lei nº 13.675/2018. A identificação de deficiências percebidas, como a escassez de treinos práticos, propõe revisões que integrem protocolos do POP para otimizar ações preventivas, contribuindo assim para a redução de crimes patrimoniais em contextos urbanos e fortalecendo a formação policial.

5 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos na pesquisa evidenciam que a formação proporcionada pelo Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, direcionada à prevenção ao furto em áreas urbanas, concentra-se predominantemente em conteúdos voltados ao patrulhamento ostensivo e à cooperação comunitária, conforme previsto no Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023) e em consonância com o Sistema Único de Segurança Pública, estabelecido pela Lei nº 13.675/2018. Os métodos pedagógicos utilizados recebem avaliação majoritariamente adequada pelos alunos, demonstrando alinhamento com as demandas operacionais; contudo, persistem limitações expressivas no oferecimento de práticas simuladas, aspecto reportado por 60,00% dos participantes como principal lacuna do processo formativo.

A análise quantitativa corrobora que as estratégias abordadas são reconhecidas por 80,00% dos discentes como eficazes ou muito eficazes em contextos urbanos, embora a aplicabilidade plena em situações reais ainda seja restrita por deficiências em exercícios práticos e lacunas no domínio de técnicas avançadas, como análise criminal e aplicação de geoinformação.

A confiança na atuação alcança níveis moderados, com 73,33% dos participantes declarando-se confiantes ou muito confiantes na execução das estratégias, ao passo que 86,67% apontam necessidade de ajustes curriculares, indicando demanda por integração de módulos voltados a práticas simuladas e ao uso de ferramentas tecnológicas, conforme sugerido por Beato, Silva e Tavares (2008) e Chagas, Da Silva e Da Silva (2013).

O trabalho revela, ainda, que a predominância do patrulhamento ostensivo não exclui o potencial de valorização da cooperação comunitária e do uso de dados criminais para o desenvolvimento de abordagens mais precisas e personalizadas no combate ao furto em áreas urbanas. Recomenda-se, com base nos achados, que o currículo da Academia de Polícia Militar seja aprimorado mediante a ampliação de práticas simuladas, incorporação sistemática de ferramentas de análise criminal e incentivo ao uso de geoinformação, promovendo atualização pedagógica e adaptação às realidades urbanas.

Conclui-se que o ensino de prevenção ao furto na CAPM apresenta alinhamento normativo e metodológico parcial, destacando-se pela adequação teórica e pela apreciação dos métodos tradicionais, mas necessitando evoluir em aspectos práticos e tecnológicos para garantir maior eficácia e segurança nas operações policiais em ambientes urbanos. O estudo propicia subsídios relevantes para a revisão de processos pedagógicos, visando o fortalecimento das ações

de prevenção e o aprimoramento da atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás no enfrentamento aos crimes patrimoniais urbanos.

REFERÊNCIAS

BEATO, Claudio; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; TAVARES, Ricardo. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. **Dados**, v. 51, p. 687-717, 2008.

CARVALHO, Moyses Ferreira de; DOURADO, Ricardo Junqueira. **Estratégias De Redução De Roubos E Furtos: Abordagens Eficazes Para A Segurança Pública Em Jataí-Goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes; DA SILVA, Christian Nunes; DA SILVA, João Márcio Palheta. Uso de ferramentas de geoinformação na prevenção e combate à criminalidade na Região Metropolitana de Belém, Estado do Pará. **Lima: Anais do XIV Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2013.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

JUNIOR, Joel Nunes Durães; SILVA, Bruna Daniella de Souza. **FURTO E ROUBO A VEÍCULOS AUTOMOTORES NO ESTADO DE GOIÁS (2020 a 2023): atuação da Polícia Militar na repressão a esses delitos**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2024.

MATHIAS, João Carlos Sproesser. A Polícia Militar E As Políticas Públicas Municipais Na Prevenção Criminal. **Revista LEVS**, n. 5, 2010.

NETO, Joaquim Soares; VIEIRA, Thiago Augusto. A estratégia de prevenção do crime através do desenho urbano. **Revista Ordem Pública**, v. 7, n. 1, p. 55-77, 2014.

RIEGER, Eduardo Moraes; TASCA, Jorge Eduardo. Construindo comunidades mais seguras: estratégias para uma intervenção técnico-profissional da polícia militar em espaços urbanos. **Revista Ordem Pública**, v. 8, n. 1, p. 59-80, 2015.

ROLIM, Marcos; PEREIRA, Vanessa de Quadros. A eficiência policial e seus indicadores. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 3, p. 314-331, 2022.

SANTOS, Elisângela Oliveira dos. A luta de um comando eo uso dos dados como instrumento para a elaboração de estratégias de atuação de um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Mediações**, v. 26, n. 2, p. 292-310, 2021.

SILVA, André Henrique; MEDEIROS, Joe Weider Magalhães. Análise das estratégias de policiamento aplicadas pela Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro com foco no Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, n. 4, p. 99-122, 2022.

XAVIER, Muriel; BLUM, Wagner Henrique. Atuação da Polícia Militar do Paraná e sua Importância para o Estado do Paraná no Combate ao Crime de Furto de Soja (conhecido coloquialmente como vazada) nas vias de acesso ao porto de Paranaguá. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 6, p. e463252-e463252, 2023.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Análise do Ensino e Estratégias de Prevenção ao Furto em Áreas Urbanas na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás

Pesquisador Responsável: Fernando Gonçalves dos Santos

Instituição: Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Análise do Ensino e Estratégias de Prevenção ao Furto em Áreas Urbanas na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás", conduzida por Fernando Gonçalves dos Santos e vinculada ao CAPM. O objetivo deste estudo é avaliar a percepção dos alunos sobre as estratégias de prevenção ao furto em áreas urbanas.

1. Procedimentos da Pesquisa Sua participação consistirá em responder a um questionário online, aplicado via Google Forms e distribuído por WhatsApp, com 10 perguntas fechadas de múltipla escolha sobre sua percepção das estratégias e lacunas no treinamento, com duração aproximada de 10 a 15 minutos.

2. Riscos e Benefícios Não há riscos significativos associados à sua participação, além de possíveis desconfortos mínimos ao relatar experiências de treinamento. Você poderá interromper sua participação a qualquer momento. Os benefícios incluem a contribuição para a melhoria da formação policial e da segurança pública.

3. Sigilo e Confidencialidade Seus dados serão tratados com sigilo absoluto e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Em nenhuma hipótese sua identidade será divulgada, garantindo o anonimato das informações fornecidas

4. Participação Voluntária Sua participação é totalmente voluntária. Você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo ou necessidade de justificativa. Para dúvidas, contate o pesquisador pelos meios disponibilizados.

5. Considerações Éticas O projeto respeitará os preceitos éticos vigentes sobre procedimentos experimentais envolvendo seres humanos.

Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

Concordo

Não concordo

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

1. Em que estágio do Curso de Formação de Praças você está?
 - Inicial (0-3 meses)
 - Intermediário (4-6 meses)
 - Final (7-12 meses)
 - Concluído
2. Há quanto tempo você foi exposto ao treinamento sobre prevenção ao furto?
 - Menos de 6 meses
 - 6 a 12 meses
 - 12 a 18 meses
 - Mais de 18 meses

Seção 2: Conteúdos e Métodos

3. Qual é o principal conteúdo de prevenção ao furto abordado no treinamento?
 - Patrulhamento ostensivo
 - Análise de dados criminais
 - Cooperação comunitária
 - Desenho urbano
4. Os métodos pedagógicos (ex.: aulas teóricas, simulações) são adequados para aprender prevenção ao furto?
 - Muito adequados
 - Adequados
 - Pouco adequados
 - Inadequados
5. Com que frequência são realizados treinos práticos de prevenção ao furto?
 - Semanal
 - Quinzenal
 - Mensal
 - Raramente

Seção 3: Percepções e Lacunas

6. As estratégias de prevenção ao furto são eficazes em contextos urbanos?

- Muito eficazes
- Eficazes
- Pouco eficazes
- Ineficazes

7. As estratégias aprendidas são aplicáveis em situações reais?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não, pouco
- Não sei

8. Qual é a principal lacuna no treinamento de prevenção ao furto?

- Falta de prática simulada
- Conhecimento teórico insuficiente
- Desconexão com a realidade urbana
- Falta de instrutores especializados

9. Você se sente confiante para aplicar as estratégias de prevenção ao furto?

- Muito confiante
- Confiante
- Pouco confiante
- Não confiante

10. O treinamento precisa de ajustes para melhorar a prevenção ao furto?

- Sim, muita necessidade
- Sim, alguma necessidade
- Não, suficiente como está
- Não sei